

Annibal Soares



Chronica

do

Exilio 

PARIS

EMPRESA EDITORA

"CHRONICA DO EXILIO"



Chronica do Exilio

PUBLICAÇÃO SEMANAL

Empreza Editora "Chronica do Exilio", 7, rue Laffitte, PARIS

Telephone : 324-26

PREÇO DA ASSIGNATURA (Franco de porte) Pagamento adeantado	Anno	Fr. 14
	Semestre	7.50
	Numero avulso	0.30

SUMMARIO :

Monarchia e Republica : o principio da eleição do " mais illustre ", e lição do seu valor pratico na Republica portugueza.

O snr. Arriaga, o " mais illustre " do portuguezes ; algumas considerações sobre a sua hombridade politica, apoiadas por alguns factos.

Exemplos alheios e exemplos de casa.

O episodio das cartas.

ENTRE uma Monarchia e uma Republica pôde haver differenças de facto tão profundas como aquellas que distinguem o liberal e tolerantissimo regimen politico transitivamente abolido em Lisboa em 1910 da sordida tyrannia de cretinos e de grotescos que desde então até hoje tem custado ao paiz, alem de muitas dezenas de milhares de contos, as maximas amarguras, os maximos vexames, as maximas ruinas, as maiores humilhações para a sua honra e os mais ingentes perigos para a sua integridade e autonomia.

Essencialmente porém, ou theoreticamente, o que caracteriza o systema republicano é a forma da designação do chefe do Estado, que é eleito em vez de ser hereditario, e a periodicidade das suas funções no exercicio do cargo. Alguns ideologos e alguns nescios — que em geral se igualam uns aos outros no sentimento das realidades humanas e sobretudo das realidades politicas — imaginaram, antes de mais, que o processo da eleição para a chefatura do Estado poria logica e infallivelmente, no primeiro cargo publico, o primeiro d'entre os cidadãos : o mais virtuoso, o mais sabio. E logo — alargando imaginariamente a

efficiencia do poder do chefe do Estado, sem repararem que as constituições democraticas pelo contrario a restringem — tiram que um paiz, cuja mais alta e decorativa magistratura é exercida pelo cidadão mais meritorio, é necessariamente um paiz prosperrimo, governado exemplarmente e com a sua felicidade assegurada.

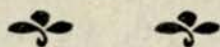
É claro que esta ingenua theoria soffre na pratica as correções a que estão sujeitas em politica todas as concepções meramente especulativas.

Resulta que de facto, um Presidente de Republica é muito mais escolhido pelos acasos da sorte do que mesmamente um Rei ; que aquelle chega em regra ao poder illaqueado por todos os compromissos que lhe tem sido necessario crear desde os inicios da sua carreira de politico militante e por todas as intrigas e as secretas transacções d'onde vem a sair a sua eleição ; e que emfim um Presidente de Republica é em geral um traficante politico, bem traficante para poder triumphar dos seus emulos, ou uma nullidade qualquer, destinada a servir de pára-choques ás ambições tumultuosas do mundo politico.

Esta ultima hypothese parece ser a que com mais frequencia se verifica. Numerosos escriptores constataam, com effeito, que a média da intelligencia e do valor politico dos Monarchas da Europa nas ultimas décadas excede consideravelmente a dos Presidentes de Republica durante o mesmo periodo. Com effeito, quando a gente pensa em chefes de Estado como a Rainha Victoria e Eduardo VII, como Guilherme I e Guilherme II, como Fernando da Bulgaria, como Victor-Manuel, quando passamos pela mente os serviços portentosos prestados por taes Monarchas, com a sua acção pessoal, aos seus respectivos paizes, e comparamos essas notabilissimas figuras d'estadistas com as dos chefes d'Estado que teem sahido das urnas eleitoraes, fica-se inteiramente decepcionado sobre o merecimento pratico do processo preconizado pelos republicanos para se obterem dirigentes d'uma perfeição inexcedivel...

Mas a Republica portugueza, que a tantos respeitos tem constituido uma lição viva acerca das vantagens de systema republicano, tambem logo d'entrada quiz elucidar o paiz sobre o que possa haver de real na pueril utopia da eleição do mais illustre para o supremo cargo da Nação.

Assim que (segundo o calão revolucionario) o paiz se encontrou liberto do « jugo dynastico » que lhe impunha um chefe do Estado designado pelo acaso do nascimento, e que por via da Republica poude escolher para a mais alta magistratura da Nação o mais illustre, mais virtuoso, mais sabio e mais talentoso d'entre todos os portuguezes, a Republica esteve para lhe dar como chefe do Estado o velhaco do snr. Bernardino Machado, e deu-lhe afinal o tonto do snr. Manuel d'Arriaga...



Consummado tonto, sem duvida, este irrisorio fructo do suffragio — falsificado, como mais ou menos todos os suffragios — mas tonto não desprovido da sua forte dóse de perversidade.

Não esqueçamos, na verdade, que certos termos teem um valor particular em se tratando d'aquella malta jacobina que ha dois annos expolia, opprime e desola Portugal, e que é o producto d'uma longa e ininterrupta *selecção invertida* de caracteres e d'intelligencias. Chamamos velhaco a um tolo, cujas parvoçadas teem o aspecto, o revestimento externo e surtem os effeitos de cabaes velhacarias : tal é o caso do snr. Bernardino Machado, do snr. João de Menezes, um pouco do snr. Theophilo Braga e de mil outros. Chamamos imbecil a um velhaco, cujas perfidias, por mais voltas que elles queiram dar-lhes, veem sempre a desandar em grossa idiotice ; é o que acontece, nomeadamente, ao snr. Arriaga, ao snr. Antonio José d'Almeida, ao senador Nunes da Matta, e emfim a toda uma pleiade não menos damninha e odiosa do que a primeira.

Deixemo-nos de subterfugios : a responsabilidade moral das villezas, das tropelias, das violencias infames e dos inauditos desbragamentos administrativos da Republica pertence indeclinavelmente a todos os homens do regimen que teem consentido tudo isso, ao menos com a sua colloboração na vida publica.

E acima de todos pertence a quem, como o snr. Arriaga — *podendo com um gesto pôr fim a tantos horrores* como os que teem sido praticados em Portugal contra prisioneiros indefesos e contra tantas nobres victimas d'um desinteressado ideal politico, ou desso-lidarizar-se dos aladroados processos administrativos do regimen a que preside — esteve dois annos sem se lembrar das victimas da Republica a não ser para as enxovalhar e affrontar, e ainda hoje não se peja de vir louvar em publico as « praticas liberaes » e a « exemplar administração » da quadrilha a cujas culpas fica assim amarrado pelo pé, como o papagaio, especie a que pertence pela intelligencia e até um pouco pelo aspecto physico.

Levou este santo varão uma parte consideravel da sua existencia a arrepellar a guedelha á conta das iniquidades sociaes, e a verter chafarizes de lagrimas... de rhetorica sobre as suppostas prepotencias d'um regimen monarchico, que aliás se notabilisava entre todos os governos da terra pela sua inigualavel bonhomia e que tratava a bifes de Tavares presos politicos habituados quasi todos, quando em liberdade, a derrancar as entranhas com carrascão do Termo e a dispeptisar-se á força d'iscas e de grão encruado pelas tavernas escusas da Travessa da Palha. A proclamação da Republica afigurava-se-lhe indispensavel, como signal do advento d'uma era em que, não só aos conclamados desperdicios da administração monarchica se substituissem as rigorosas normas da mais economica e escrupulosa gerencia dos dinheiros do Estado, mas tambem e simultaneamente succedesse, á allegada tyrannia da realeza, um respeito religioso, quasi supersticioso, por todos os direitos do cidadão e por todas as liberdades

publicas, tudo isto temperado com muitos e mui magníficos hymnos ao Amor, á Paz, á Justiça, á Solidiedade Humana e a outras affaveis e mysteriosas potencias similares, que andam sempre na bocca dos mais desmarcados jacobinos.

Mas faz-se pelo mais singular dos bamburrios a revolução, e á frente do regimen que ella implantou apparece-nos de um dia para o outro o antigo paladino da Republica parnasiana, da Republica angelical, tão enlevado em mysticos arroubos quando nos traduzia o seu sonho d'um governo que fosse sobre a terra como que uma antecipação do ideal reino dos ceus, quão transportado de respeitaveis coleras se profligava os attentados da Monarchia contra as sacrosantas regalias civicas ou o esbanjamento dos dinheiros publicos por administradores incompetentes ou criminosos.

Veiu pois o apostolo intemerato, e principiou presidindo a uma Republica que já estava administrativamente marcada pelo impudico assalto das clientelas famelicadas aos cofres do Thesouro, pela legislação desvergonhadamente depredadora do governo provisório e por certos actos tão característicos como a solução da outr'ora faladissima QUESTÃO HINTON, que é um dos mais lindos escandalos que se teem commettido no governo de qualquer Estado e que ha de atirar definitivamente com o Snr. Brito Camacho para o rol dos galerianos celebres no dia em que puder ser esclarecida.

Politicamente, quando o snr. Arriaga, o desinteressado sonhador dos regimens celestiaes, consentiu em assumir a presidencia da Republica, esta encontrava-se infamada (só falando nos factos fundamentaes) pela suppressão radical e violenta da liberdade d'imprensa, pelo banimento de numerosos *suspeitos* em virtude de simples ordem da policia e sem culpa judicialmente imputada, pela abolição da liberdade de crenças, acompanhada das mais torpes perseguições aos ministros da religião catholica, pela negação de todo o direito de propaganda, sob qualquer fórma,

para as opiniões politicas adversas ao regimen, ou até da simples profissão d'essas opiniões ; e, emfim, pela abjecta defraudação do suffragio nacional, a que deram o nome d'*eleições geraes* — da qual defraudação o proprio snr. Arriaga beneficiou por duas vezes, primeiro acceitando d'um imaginario corpo eleitoral um diploma de deputado que era falso, e depois recebendo d'essa simulada representação nacional um mandato presidencial não mais autentico.

Fica a sua concepção de moral politica bem longe da de Figueras e da de Salmeron, um e outro repudiando honradamente um regimen que, por se chamar Republica, não deixava do ser a negação dos seus ideaes de governo — e isto muito embora a truculenta, anarchica e desvairada Republica hespanhola não tivesse aliás ás suas costas metade dos crimes que já manchavam a nossa *oligarchia demagogica* na altura em que o snr. Arriaga subia d'um folego os mesmos degraus que aquelles seus dois correigionarios do outro lado da fronteira souberam tão opportuna e dignamente descer.



Mas o « venerando chefe do Estado » que certos biographos pretendem fazer passar á Historia como espelho e norma das virtudes democraticas, bonissimo patriarcha exilado n'um mundo que não é o seu e entre gentes malignas que elle não ama e não comprehendem a sua alma excelsa, estava destinado a ligar indissolvelmente as responsabilidades inequivocas do cargo que exerce a violencias, a depredações e a infamias ainda maiores — taes como nunca as presenciára o mundo civilisado !

Elle viu a desordem financeira alastrar-se, o desbragamento administrativo erigir-se em systema inherente ao regimen republicano ; viu a *ladroeira d'Am-baca*, por via da qual se roubava (não ha outro termo) ao Estado, em praso d'ultimatum, o melhor de muitos milhares de contos que os estadistas monarchicos

tinham obstinadamente defendido, durante longos annos, como unhas e dentes ; viu um erario que a Republica recebêra em condições de relativo desafogo, collocar-se em dois annos nas circumstancias mais angustiosas, á beira da bancarrota, mercê da incompetencia e da cupidez dos dirigentes e dos dirigidos, cujas noções de moralidade administrativa e de respeito pelos dinheiros publicos se cifram na nunca assaz famosa phrase recolhida pelo snr. Theophilo Braga logo depois da proclamação da Republica : *Isto agora é nosso ! Nós tambem queremos comer !*

E perante este espectaculo repugnante d'appetites sordidos e de desaustinado saqueio do dinheiro do povo, o que faz o « homem puro », o « homem de boa-fé » ?

Vae-se honestamente embora como teem ido outros — poucos — republicanos, que não estavam presos aliás aos crimes do regimen pela grilheta de tão altas responsabilidades ? Não. Solidarisa-se inteiramente com os aventureiros que procuram nos caminhos do poder a encruzilhada onde hão de aperrar o seu bacamarte de salteadores. Applaudes-os, defende-os, estimula-os. Fala a mesma linguagem que elles ; é seu cumplice.

Na celebração do segundo anniversario da Republica, referindo-se aos benemeritos portuguezes que se teem rebellado contra os processos d'opressão e de latrocinio do regimen, e que por isso estão no fundo dos carceres entregues á ferocidade dos torcionarios demagogicos, teve o snr. Arriaga o despejo inaudito de lhes prometter a libertação para quando elles *com provas evidentes fôrem obrigados a reconhecer que nunca o erario publico esteve mais zelosamente fiscalizado e defendido do que no actual regimen, EM QUE TODOS PARTILHAM DA SOBERANIA e olham pelos interesses da collectividade !!*

E presidindo sem pestanejar a uma Republica que é na verdade um modelo cabal de regimen autocratico, pois *nunca* ali se effectuaram eleições e todos os orgãos nominalmente electivos do governo e da adminis-

tração, desde o poder legislativo até ás corporações locais, são de facto constituídos por nomeação do executivo — o « bom velho », o « santo varão », o « venerando chefe do Estado » não se benzia para na mesma solemnidade proferir, com uma unção toda bernardinesca, estas despudoradas enormidades : « Quando sob o imperio d'uma sã consciencia esses « desventurados (os monarchicos) reconhecerem *que* « nenhuma offensa lhes fez a Republica em os declarar « soberanos (!) e tornal-os solidarios na grandeza « da Patria ; em *chamal-os á discussão e feitura das* « leis (!) a que todos devemos escrupulosa obediencia...»

Sob a sua patriarchal presidencia assignou o snr. Arriaga — o « santo velho » das florinhas e dos bichinhos do Jardim Zoologico — as *leis d'exceptão*, que serão opprobrio eterno do regimen que as decretou e dos homens que lhes ligaram a responsabilidade do seu nome ; viu as alcateias de malandrins denominados « carbonarios » largadas sobre a capital e a provincia a ^{re}espancar, a assassinar, a prender *suspeitos* a capricho dos seus instinctos faccinorosos, espalhando por toda a parte a ruina, a dôr, a miseria e o lucto e arrancando a esposas, a velhos parentes e a filhos desamparados torrentes de lagrimas de sangue ; viu as levas de prisioneiros atravessando as ruas das cidades sob os vituperios, os vexames, as aggressões, as injurias e os escarros das turbas açuladas, ás quaes os seus ministros davam *rendez-vous*, para lhes abrir o appetite, marcando-lhes a hora exacta dos desembarques e o itinerario que deviam seguir os desditosos ; viu os Tribunaes Marciaes falsificando ignobilmente a justiça para atafulharem as penitenciaras e os presidios de condemnados d'acaso, sem provas ou contra as provas dos autos.

E o « santo velho » que já resolveu crises ministeriaes lançando a ameaça da sua demissão, não se lembrou d'esboçar esse gesto quando elle poderia ter impedido — sem prejuizo das repressões legais que a Republica se julgasse auctorizada a exercer — tanta prepotencia, tanta amargura, tanta desolação, tantos crimes inex-

piaveis... e, afinal de contas, tantos d'esses erros tremendos ao peso dos quaes o regimen se submerge, levando-os para o fundo amarrados ao pescoço como quintaes de chumbo !

Em vez d'isso o excellente patriarcha voltava-se para os ergastulos tenebrosos onde arrastam a sua agonia os portuguezes que pretenderam com risco da propria vida acudir á ruina da Patria, e, no seu discurso já citado, lançava-lhes para dentro do asphyxiante capuz de penitenciarios aggravos como estes : « ...Não esquecerei os encarcerados politicos, que a esta hora « expiam os *crimes nefandos que commetteram*...

« Sinto uma magua profunda por não podermos « neste momento abrir-lhes as portas dos carceres « e dizer-lhes : Ide-vos em nome da republica gosar da « liberdade, contra a qual conspirastes ; ide pedir « ás almas *ingenuas e boas* dessas innumeradas multi- « dões anonymas a pouca ou menhuma fé, que tendes « na liberdade, no direito e na justiça, e oxalá que « constrictos vos arrependaes dos *crimes que commet- « testes !* »

Como se comprehende na verdade que os monarchicos, *criminosos nefandos*, não tivéssem fé na *liberdade*, no *direito* e na *justiça* da Republica e, principalmente, das *multidões ingenuas e boas* que os tinham cobardo e ferozmente batido, cuspidos e insultados, a coberto da impunidade assegurada pela sua mesma situação de prisioneiros e pelas medidas *ad hoc* das auctoridades republicanas? !...

...Entretanto outros republicanos, que não são todavia profissionaes da bondade nem poisam em philosophos contemplativos defronte da bicharada do Jardim Zoologico e que por outro lado não tinham contrahido para com os seus contemporaneos e para com a Historia responsabilidades officiaes nas torpezas do regimen — [o snr. José Bruno, o snr. Cunha e Costa, o snr. Antonio Claro — repelliam expressamente a vil contrafacção de governo civilisado que se vem effectuando em Portugal, e na sinceridade dos

seus mesmos principios encontravam o calor da indignação com que haviam de fulminar os caricatos tyrannetes sob a sua mascara democratica.



Todas estas circumstancias são de molde a pôr-nos de sobreaviso acêrca dos verdadeiros sentimentos que podem ter ditado a recente e deliciosa missiva do Presidente da Republica ao « seu presado amigo » Leite.

Que essa carta represente uma indigna e odiosa exploração sobre a situação dos presos politicos, marcada com o sello presidencial d'uma pachochada de marca maior, tudo nos auctorisa a suppol-o.

Auctorisam-nos a isso os precedentes que acabam de ser enumerados. Auctorisa-nos a isso a impossibilidade d'acreditar que o Presidente da Republica tenha escripto aquella carta ao snr. Duarte Leite sem previo conhecimento d'este, com quem ha de ter conversado mil vezes sobre os assumptos de que se trata ; a impossibilidade d'acreditar, portanto, que o snr. Arriaga não conhecesse antecipadamente as disposições do governo, e tambem que esses documentos viéssem a publico sem o voto favoravel do « intellectual » Leite. A falta de sinceridade da irrisoria mensagem presidencial transparece ainda no facto de ter o snr. Arriaga *proposto* epistolographicamente ao governo medidas que elle podia fazer decretar d'auctoridade propria, porque estão dentro das suas exclusivas attribuições constitucionaes ; e tanto o snr. Arriaga o sabe, que lá na sua carta consigna que a Constituição « lhe confere expressamente esse direito ». Então porque não usou d'elle? Qual será porém a razão ou o objectivo d'esta mystificação do jacobino, travestido em « santo velho » meramente para effeitos epistolares? Sabe-se lá ! Quem pode tentar explicar pela logica commum as resoluções e os actos dos insondaveis idiotas que dirigem aquella Republica inverosimil?...

Seria um transcendente plano politico, congeminado entre o Snr. Arriaga e o « intellectual » Duarte Leite, no qual ao primeiro coubesse, como de direito, o papel de parvo, e ao segundo o de *homem teso* — d'uma *tesura* que traduz a sua apavorada cobardia perante as imposições dos demagogos, que o teem trazido a ponta-pé no decurso de todo um periodo de governo, memoravel entre todos os ineptos e apagados governos da Republica?

Seria que o snr. Arriaga, sabedor da opposição do governo á ideia do indulto, quizesse embrulhar o « intellectual » Leite *propondo* essas medidas em vez de as *fazer decretar* como era do seu direito, e assim pensando em se attribuir o papel *sympathico* de « venerando chefe » clemente e deixar sobre o governo o odioso da recusa, tudo isto sem que os presidenciaes instinctos jacobinos deixassem de continuar a regalar-se, como até agora, com o martyrio dos prisioneiros que elle — mesmo improvisado em chefe de Estado, embora de parodia carnavalesca — não deixa de continuar a considerar e a tratar oficialmente como *seus adversarios*?

Seja como fôr, tres aspectos principaes — que aliás não são novos nem imprevistos — resaltam flagrantemente do curioso *episodio das cartas* : a vergonhosa cobardia do governo, nomeadamente do *teso* Duarte, recusando-se por puro medo da canalha demagogica a decretar medidas que não somente seriam da mais comesinha equidade mas se encontram reclamadas pela quasi unanimidade da opinião publica, sem exclusão d'uma parte importante da propria minoria republicana ; a hilariante inepecia do snr. Arriaga, cuja nova carta, ao lado das suas outras, dos discursos do « senador » Matta e do « senador » Faustino, da lei dos ratos, dos projectos do « deputado » Thomaz da Fonseca e de tantos outros inolvidaveis monumentos d'este periodo, ha de figurar um dia no grande *Album dos Asnos e Grotescos da Republica Portuguesa*, que fará a fortuna d'um editor esperto ; e emfim, o inteiro desconhecimento ou impudente desprezo

de todas as praxes, de todas as conveniencias, de todas as regras de direito publico, de todos os preceitos constitucionaes e de toda a dignidade das pessoas e dos cargos, com que foram redigidas as duas cartas e conduzido e fechado o incidente — até o ponto d'enviar o « intellectual » a sua resposta, sem apresentar immediatamente a demissão do ministerio, e de a receber o Presidente sem exonerar desde logo o governo ou se exonerar a si proprio d'uma função a que, aliás, a mais rudimentar hombridade, o mais pallido vislumbre de boa-fé e de coherencia o teriam obrigado a renunciar desde ha muito.

Não pretenda o snr. Arriaga, só por ser mais pateta do que a maior parte, passar por melhor do que os outros.

Quando o Snr. Theophilo Braga confessou preferir na presidencia da Republica o snr. Bernardino ao snr. Arriaga, por antes lá querer um velhaco do que um tolo, não fazia mais, no fundo, do que defender um principio que convinha ao bom exito da sua propria candidatura. Mas não se agarre o snr. Manuel d'Arriaga áquelle juizo simplista do snr. Theophilo, imaginando ouvir n'elle a sentença da Historia.

Esta rirá sem duvida, a bandeiras despregadas, das suas cartas sem senso commum, mas não deixará de o envolver com os outros na mesma maldição com que ha de fulminar os apostatas a quem a Patria portugueza fica devendo tanta desgraça, tanta miseria, tanta humilhação, uma interminavel noite d'opprobrio e d'amargura — e quem sabe se a sua final e irreparavel ruina !

ANNIBAL SOARES.

